



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A VISÃO DOS PAIS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Milca Oliveira de Paula Silva

Professora- orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva
Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho

Brasília, 18 de abril de 2013

Milca Oliveira de Paula Silva

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A VISÃO DOS PAIS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho.

TERMO DE APROVAÇÃO

Milca Oliveira de Paula Silva

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A VISÃO DOS PAIS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileuza Fernandes da Silva -
UnB
(Professora-orientadora)

Prof^a. Mestre Maria Susley Pereira -
EAPE/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de abril de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à comunidade do Centro de Ensino Fundamental de anos finais que bem acolheu o projeto de pesquisa e à minha família por acreditarem que é possível uma educação pública onde de fato exista a participação de todos: alunos, professores, pais, equipe gestora, demais profissionais da educação, terceirizados ou funcionários públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha querida mãe e irmão pelo apoio sempre presente na minha trajetória de formação acadêmica. Ao meu esposo Carlos, amigo, companheiro, muitas vezes participante ímpar dos meus devaneios durante a construção das minhas novas hipóteses sobre a educação. À minha querida e pequena filha Analys: você é o meu tudo e razão pela qual continuo lutando. Te amo!

Um agradecimento especial às queridas orientadoras Maria Jeanette, Edileuza e Marilene pelo apoio, cobranças, paciência, dedicação no decorrer desta caminhada. Às minhas amigas do coração Carmem, Josélia e Verônica que em muitos momentos me auxiliaram nesse percurso. Meninas vocês são demais!

À Universidade de Brasília (UnB) representada pelo CFORM, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) pela oportunidade de formação continuada de qualidade inestimável.

E, para terminar, agradeço a todos os meninos e meninas da JCM - ADEG 13/15 pela compreensão com relação a minha ausência nos nossos eventos, em breve muitos de vocês passarão por isso, eu espero!

“Mas o que faz o quadro não é a tinta;
são as idéias dançantes na cabeça do pintor
que fazem as tintas dançarem sobre a tela.”

(Rubem Alves)

RESUMO

A participação da família na escola se constitui um grande desafio na promoção de oportunidades de mudança quer seja no primeiro foco o aluno, quer seja em transformações de estruturas que incidem na evolução da aprendizagem do educando. Este estudo fez uma investigação empírica, numa abordagem qualitativa com estudo de caso para analisar a percepção de pais sobre a Avaliação Institucional, realizada em uma Instituição de Ensino (I.E.), da rede pública no Distrito Federal. Assim, foi feita uma triagem dos sujeitos, aplicado questionário ao universo selecionado e também foi realizada uma análise documental. Para uma reflexão mais contextualizada acerca da Avaliação Institucional, estudou-se sobre avaliação da aprendizagem e de larga escala, o PPP no contexto de Avaliação Institucional, o papel da família na Avaliação Institucional e quais seriam os aspectos facilitadores e /ou dificultadores da participação dos pais na Avaliação Institucional. Aplicado o instrumento de pesquisa e analisando seus resultados à luz de autores como Freitas, Dalben, Sousa, Gatti, Kenski, Chueri, Paro, Lück, Szymanski, Perrenoud, Luckesi e Hoffmann, pode-se constatar apontamentos referentes a questões administrativas como o uso do uniforme e caderneta escolar que tem maior apoio dos pais, e, a obrigatoriedade dos horários de entrada na I.E tem menor apoio. Os pais, percebem a necessidade de proatividade na I.E, contudo, não há uma participação efetiva.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Família; Participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONSTRUINDO ESCOLAS	
REFLEXIVAS	12
1.1 Representação do conceito avaliação em contexto escolar	12
II NÍVEIS DE AVALIAÇÃO	
2.1 Avaliação da Aprendizagem	15
2.2 Avaliação Institucional	18
2.2.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP) sob o prisma da Avaliação Institucional	22
2.2.2 O Papel da Família no contexto da Avaliação Institucional	24
2.2.3 O envolvimento da família no mecanismo de Avaliação Institucional: aspectos facilitadores e/ou dificultadores	25
2.3 Avaliação em larga escolar (ou externo)	27
2.3.1 Avaliação Internacional em foco o PISA	28
III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	
3.1 Campo Pesquisado.....	31
3.2 Interlocutores da Pesquisa.....	32
3.3 Instrumentos	32
IV CAMINHOS PERCORRIDOS: ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	54

INTRODUÇÃO

No campo dos estudos sobre avaliação em âmbito escolar, tem-se percebido uma busca incessante pela participação de todos os agentes presentes na comunidade escolar. Esta participação tem aumentado a sua credibilidade, voz e atividade através de múltiplos mecanismos e um deles intitula-se Avaliação Institucional. Antes de adentrar ao campo da avaliação institucional, é compreensível um entendimento acerca do processo de avaliar.

Recorremos aqui a uma tentativa de ampliar nossos horizontes, em outras palavras, com a afirmação de Sousa (1999, p.3), quando indica aos leitores que “avalia-se para afirmar valores, ou seja, avalia-se para subsidiar, induzir, provocar mudanças em uma determinada direção, evidenciando-se que não há neutralidade nos caminhos, nos procedimentos e nos instrumentos”. Durante todo processo educativo ocorre a ação avaliativa, pois neste momento também podem sobrevir diversas transformações, avanços e ganhos na aprendizagem do aluno e no processo de aprender do educador.

Colocando em primeiro plano o tema desse estudo, a Avaliação Institucional: construindo escolas reflexivas, a avaliação, deve considerar que a vivência no coletivo se dá ao reconhecer a edificação do conhecimento, do que é construído ou conduzido. Gatti (2006) traz uma importante consideração a se refletir:

A avaliação institucional só ajuda em reais avanços socioeducacionais quando estas questões são consideradas em uma perspectiva que incorpore esses novos conceitos conduzindo á escolha de meios e instrumentos avaliativos que sejam utilizados de tal forma que possa levar a construção de visões mais integradas. (GATTI, 2006, p.10).

Freitas (2006), em uma pequena entrevista que causou o impacto no mínimo desejado à revista Pátio Educação Infantil, afirma que:

a avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação.(...) um papel importante ao ser uma articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do

poder público para alicerçar tais ações e compromissos. (FREITAS, 2006, p.16).

O êxito institucional alcançado por meio da avaliação, buscando a construção de comunidades reflexivas pode ser alcançado levando-se em consideração apontamentos feito por Holfmann (2005), Gatti (2006), Sousa (1999 e 2005), e sintetizada nas palavras de Freitas (2009, p.42) ao dizer que a avaliação institucional “mesmo reconhecendo a titularidade dos atores da escola não desconsidera a riqueza do olhar externo que acrescenta (...) novos ingredientes e novos sabores” no ambiente educativo. O trabalho em/de grupo soma esforços no coletivo e traz ganhos incomensuráveis à comunidade escolar.

Em qualquer que seja a instituição pública de ensino hoje no país, encontramos uma estrutura organizacional formada por pelo menos seis setores/grupos que precisam estar muito bem alinhados à proposta do projeto educativo. De acordo com Freitas (2009, p.33), “a escola é habitada por diferentes profissionais e diferentes protagonistas”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Libâneo (2011), nos apresenta os seguintes grupos: conselho de escola (composto por todos os membros representantes de cada seguimento pertencente ao universo escolar – docentes, especialistas, servidores, pais e alunos); equipe diretiva (composta pelo diretor e assistente de diretor); setor técnico administrativo (no qual se encontram a secretaria escolar, a zeladoria; multimeios onde listamos o bibliotecário, assistentes de laboratório, reprografia, dentre outros da videoteca e por fim os assistentes de limpeza e vigilância); o campo pedagógico (com a presença do conselho de classe, a coordenação pedagógica, a orientação educacional, e aqui acrescentamos a sala de recursos e acompanhamento psicopedagógico); alunos e professores; comunidade escolar, pais e APM – Associação de Pais e Mestres.

Conceber um bom resultado ou no mínimo satisfatório da escola por meio da Avaliação Institucional (e aqui entenda este resultado valoroso porque houve a idiossincrasia da equipe em seu total) compreende-se que há um mínimo de participação desses grupos, mas o ideal seria a participação com equidade de todos, pois conforme Souza (2005), a força do coletivo deve se mostrar não como imposição, mas como elo catalisador, para que haja uma concentração de esforços, uma soma de atitudes visando o mesmo fim, neste caso, solução de problemas e

melhora no ensino e aprendizagem oferecida pela unidade de ensino. Vista desta maneira, é de fundamental importância que todos os envolvidos tenham acesso ao poder da fala e da escuta para questionar, buscar novas possibilidades de se re/fazer o espaço educativo comum a todos, construindo assim uma identidade institucional.

Deste modo todos os relacionados no universo educativo não podem, mas, devem utilizar-se dos momentos destinados ou não para a Avaliação Institucional para reconhecer que a sua participação democrática pode ser o mecanismo mais próximo para promover a qualidade do trabalho que é produzido na escola. Todos terão oportunidades de tomar decisões em conjunto e em comum acordo, transparecendo a satisfação de todos pertencentes à comunidade escolar e procurando resolver no e com o grupo a problemática encontrada.

Dentre os sujeitos citados, a participação do núcleo de pais chama bastante a atenção, visto que este de uma ou outra maneira está presente no ambiente escolar quer seja através de sua participação em APM (Associação de Pais e Mestres), conselhos escolares, reuniões pedagógicas quer seja através do filho/aluno que trás de casa normas, valores e atitudes ensinados pelos pais. A força deste grupo na escola é grande e seu espaço de atuação é imenso. No entanto, a cada dia que passa percebe-se o distanciamento da família da escola. O distanciamento que se apresenta de certa forma frustrante tanto para os pais/mães/responsáveis quanto para a escola e se dá por diversos motivos. Szymanski (2007, p.108) vem (re) situar as relações entre família e escola grifando a necessidade do “(re) conhecimento mútuo”.

A autora relata que “a família precisa aprender a linguagem da escola, principalmente a burocrática.” Datas e prazos, o próprio tempo é diferente para elas. No entanto, revela em seguida uma possibilidade de descentralização do poder da escola ao afirmar que “lideranças comunitárias podem ser interlocutores eficientes” (idem, p.108). Essas organizações têm a capacidade dual por conseguirem operar socialmente organizadas e em seus próprios grupos, ou seja, praticam o poder da fala e da escuta no ambiente colegiado e traduz aos demais pais que seriam vistos como o povo de um modo geral, leigo, mas como porta vozes oriundos de seu grupo, ou seja, seus pares.

Desta maneira, o presente trabalho busca explorar o tema da avaliação institucional: A participação dos pais no contexto de uma escola pública do Distrito Federal, especificamente procurando responder o seguinte problema: qual tem sido a visão dos pais e/ou responsáveis acerca da Avaliação Institucional realizada em uma escola da rede pública de ensino fundamental de anos finais do DF, especificamente no Centro de Ensino Fundamental Alvo Certo (nome fictício a fim de preservar a identidade da instituição de ensino participante do estudo).

Assim, os objetivos foram delimitados:

Objetivo geral:

- Analisar a percepção dos pais e/ou responsáveis acerca da Avaliação Institucional realizada em uma Escola da Rede Pública de Ensino Fundamental, Anos Final no Distrito Federal.

Objetivos específicos:

1. Identificar quais ações realizadas na I.E. têm maior e menor apoio dos pais e/ou responsáveis;
2. Compreender se os sujeitos investigados reconhecem ações previstas no PPP, sendo este componente fundamental para a Avaliação Institucional.

Para uma reflexão mais contextualizada acerca da Avaliação Institucional foi feito um breve estudo abordando a Avaliação da Aprendizagem, da Avaliação em Larga Escala e do Projeto Político Pedagógico, visto que todos são partícipes do contexto da Avaliação Institucional e servem de argumento para as discussões que permeiam esta avaliação.

I AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONSTRUINDO ESCOLAS REFLEXIVAS

1.1 Representações do Conceito Avaliação em Contexto Escolar

O campo da avaliação apresenta-se como um espaço consolidado através de olhares, disposições e conceitos diferentes, como reflexo integral do desempenho de cada um. Muitas vezes significa subjetivamente que a avaliação avalia de acordo com a perspectiva do avaliador e não do avaliado.

A avaliação, para Freitas (2009, p.23) “é uma categoria que tem um papel extremamente importante na organização do trabalho pedagógico.” Busca-se mensurar por vezes a qualidade ou a melhora da qualidade da educação disseminada, para e no aluno, na escola, na rede, no país.

André e Passos (2001) tomam emprestado de Lüdke a proposta de se lançar um olhar sociológico sobre a avaliação. Elas apontam à necessidade de se traduzir as ações e relações escolares em seu cotidiano, sobretudo nas estruturas de poder, materializadas no

planejamento curricular (pela divisão em séries e em turmas, fragmentando saberes e colocando limites no processo contínuo de aprendizagem), seja na distribuição dos tempos escolares (...), seja nas relações da escola com os pais e a comunidade (falta de diálogo), seja na atribuição de notas e conceitos aos alunos (valorização excessiva das provas). (ANDRÉ e PASSOS, 2001, p.183)

Nas instituições públicas de ensino, o ato de avaliar tem suas características e exigências próprias concernentes ao ambiente escolar, deste modo, faz-se necessário entender qual o seu valor tanto para os sujeitos avaliados (que geralmente são os alunos) quanto para os indivíduos avaliadores, (que de modo geral representa-se pela classe dos professores). Aos profissionais da educação exige-se uma competência especial quanto ao trato com este componente particularmente sensível do edifício curricular que é a avaliação. Trocando em miúdos, o ato de saber quais aspectos estão sendo avaliados, qual a função do instrumento avaliativo e o que fazer após a constatação dos resultados são, pois,

alguns dos caminhos que podem levar a melhoria do processo educativo como um todo.

Afonso (2003) esclarece que existem pelo menos quatro níveis de avaliação imersos numa visão sociológica: micro, meso, macro e mega. De acordo com o entendimento do autor acerca do procedimento avaliativo:

A escola é confrontada com dimensões éticas, simbólicas, políticas, sociais e pedagógicas que devem ser consideradas como um todo por quem tem especiais responsabilidades na administração da educação quer em nível do Estado, quer em nível municipal e local, quer em nível da própria unidade escolar. (AFONSO, 2003, p.49)

Assim pode-se inferir que as dimensões citadas pelo autor são levadas em consideração durante a avaliação analisada de um extremo ao outro, ou seja, a nível micro (sala de aula), a nível mega (avaliações educacionais externas), como foi muito bem exposto pela citação acima, a avaliação pode ser representada em pelo menos três esferas: da Aprendizagem, da Institucional, em Larga Escala (ou externa como o programa internacional de avaliação de estudantes – no qual consideramos para ilustração o PISA). Faremos um estudo mais aprofundado logo a seguir desses três pilares da avaliação enfatizando a Avaliação Institucional que é o tema principal neste estudo.

Quanto a Avaliação Institucional, ela engloba questões específicas de reflexões relacionadas às dimensões da aprendizagem e de larga escala. Faz-se necessário desenvolver uma atitude questionadora e ao mesmo tempo revolucionária, dialógica e participativa com relação às esferas que permeiam a instituição de ensino que ao serem bem trabalhadas podem trazer ganhos e melhoria para o ‘chão da sala de aula’, para o aluno.

Numa vivência coletiva voltada para a reflexão com vistas à transformação da realidade vigente, o compromisso de todos para a mudança deve ser um dos pontos a se considerar, pois o apontar caminhos não deve ser unilateral e muito menos partindo de um monólogo, mas antes de tudo, ter como momento inicial a dialética desenvolvida entre todos, pautada em situações concretas como análise conjunta dos resultados obtidos frente às avaliações da aprendizagem e de larga escala. A

Avaliação Institucional acaba sendo uma coluna fundamental na e para a escola quando busca abrigar, de acordo com Paro (2004, p.104) “mecanismos institucionais visando à participação política dos grupos e pessoas envolvidas com as atividades escolares” e aqui se entenda como atividades escolares desde os processos seletivos para escolha da equipe gestora à utilização de recursos financeiros disponibilizados pela máquina governamental chamada Estado.

II NÍVEIS DE AVALIAÇÃO

2.1 Avaliação da Aprendizagem

À medida que a sociedade evolui, busca-se a evolução em seus mecanismos de avaliação, pois partindo de seus resultados será possível melhorar ainda mais o setor em questão. No ambiente escolar, espaço formalizado, ocorre há tempos essa técnica – a da avaliação. Ela se dá dentro de concepções que orientam as práticas pedagógicas.

A avaliação existe em função de um projeto, um pensamento, uma linha de raciocínio definida em um período histórico ou certo procedimento que se deseja analisar. Toda avaliação tem a sua intencionalidade, seu objetivo. Chueri, apud Caldeira (2008, p.51), diz que a avaliação “não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação (...) expresso na teoria e na prática pedagógica”.

Em nível microssociológico a avaliação se dá no interior da sala de aula, de acordo com Afonso (2003). Neste ambiente é mais conhecida como avaliação da aprendizagem. Esta já foi encarada como de responsabilidade do docente, no entanto, atualmente está pautada na *relação professor-aluno* (grifo do autor) conforme Freitas (2009, p.20), é uma relação que precisa ser qualificada, assim, também por esse motivo precisa ter fortes elementos formativos, ser contínua e fundamentada na dialética reflexão do processo ensino-aprendizagem.

Cabe salientar aqui que na interpretação das ocorrências no espaço pedagógico pode-se levar em consideração toda reflexão relacionada ao processo de avaliação num mergulho intencional naquilo que se é avaliado pelo docente, ou seja, dentro de sua experiência de vida, no momento pedagógico vivenciado, nas relações professor/aluno, aluno/aluno, aluno/direção/professor, o que se deseja ou não comprovar, atestar mediante a aplicação do mecanismo avaliativo.

Chueri, (2008), explora pelo menos quatro concepções pedagógicas que permeiam a avaliação no contexto escolar: examinar para avaliar, medir para avaliar, avaliar para classificar ou regular e avaliar para qualificar.

A avaliação no sentido de examinar para avaliar se deu com vistas a selecionar os alunos nos colégios católicos entre os sec. XVI e XVII. Essa prática ocorre até os dias de hoje. Muitos professores não sabem ou se recusam entender o real significado da avaliação da aprendizagem e continuam com práticas ultrapassadas que por vezes são usadas como moeda de barganha com os alunos para normatização como aponta Luckesi (2009, p.21), “*disciplinamento social dos alunos*”. O autor alerta que a nossa prática educativa se pauta por uma “pedagogia do exame”. “Se os alunos estão indo bem nas provas e obtém boas notas, o mais vai...” (idem, 2009, p.20). Muitas vezes o fator burocracia é levado mais em conta que o próprio ato de refletir acerca dos desdobramentos que podem ser acarretados após alguma prova ou exame.

Ao medir para se avaliar o docente visa, segundo Chueri (2008, p. 56) “reduzir a avaliação (...) à prova aceitando a confiabilidade deste como instrumento de medida”. Assim não considera que a subjetividade do avaliador interfira nos resultados.

Quando se fala em avaliar para classificar ou regular a autora explica (idem, 2008, p.57), como a “possibilidade de classificar o desempenho do aluno por meio da avaliação.” Dentro deste formato de avaliação consideram-se dois aspectos o formativo e o somativo. O primeiro diz respeito aos mecanismos e caminhos percorridos pelo discente no processo de aquisição da aprendizagem e é considerada a intervenção docente. No segundo classifica-se o aluno no decorrer do processo e ao final de um período determinado verifica-se se ocorreu à aprendizagem.

Ao avaliar para qualificar faz-se necessário um olhar e prática plural, flexível, atemporal com vistas ao agrupamento das diferenças para que a avaliação tenha novos significados. Kenski (1999) faz um questionamento acerca da avaliação da aprendizagem, colocando em foco que tipo de aprendizagem quer avaliar. Logo em seguida, a autora afirma que

Avaliar a aprendizagem significa mais do que conferir ou aferir o índice de respostas corretas dadas pelos alunos em relação a questões previamente definidas pelo professor-examinador. (...) é refletir permanentemente sobre as finalidades e os objetivos do que vem sendo trabalhado, experimentado e vivenciado, no cotidiano das aulas, e as formas como cada aluno, cada grupo de alunos e o professor ou professores envolvidos vem atuando e contribuindo

para a superação dos desafios de aprendizagem de todos. (KENSKI, 1999, p.140-141)

O ato de aprender vai muito além das ações de corroborar e municiar o indivíduo de competências intelectuais. O aprendente precisa dominar o conhecimento a fim de aplicá-lo nas mais diversas situações, em âmbito individual ou coletivo. A avaliação, dentro deste contexto, viria para causar uma reflexão imbuída na superação dos desafios. A aprendizagem, então, alcançaria os mais altos patamares e a avaliação um mecanismo investigativo de averiguação rotineiro e constante.

Um conceito interessante abordado por André e Passos (2001), sobre aprendizagem diz o seguinte:

É então um processo ativo que ocorre no sujeito através de uma interação constante com o ambiente, onde estruturas cada vez mais complexas vão sendo construídas. Neste sentido, as informações, os conteúdos a que os educandos estão expostos vão sendo “processados” internamente num movimento de construção (...) (ANDRÉ e PASSOS, 2001, p.181)

A captação da aprendizagem, dentro desta avaliação incorpora, além dos objetivos escolares, conteúdos ensinados, os aspectos concernentes à função social da escola na atualidade. Importa lembrar que ela, enquanto ocorrência em sala de aula, “está inserida em um ambiente maior, a escola” como afirma Freitas (2009, p.17). E ainda que pertença a uma estrutura educacional municipal/estadual, regida por um contexto federal e também pode ser diagnosticada por uma estrutura internacional. Não esquecer que todo processo se inicia na sala de aula (interação professor/aluno/experiências/troca de experiências/novo aprendizado).

Ainda acerca da avaliação da aprendizagem utilizaremos aqui as seguintes palavras:

construção do conhecimento, parte de suas premissas básicas: confiança na possibilidade de os educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. (...) Seres autônomos intelectual e moralmente (com capacidade e

liberdade de tomar as suas próprias decisões). Críticos e criativos (inventivos, descobridores e observadores) e participativos (agindo com cooperação e reciprocidade). (...) os erros (...) são considerados como episódios altamente significativos e impulsionadores da ação educativa. (HOFFMANN, 2010:18)

As características da avaliação da aprendizagem seriam, em princípio, de constatar no sujeito em avaliação o seu crescimento nos aspectos da individualidade, intelectualidade, moralidade, criatividade da sua participação no meio social. Outra característica marcante deste nível de avaliação está pautada no seu significado perante a organização do trabalho pedagógico. Freitas (2009, p.24) nos diz que ela está envolta em um “tripé” constituído pela avaliação instrucional, disciplinar e atitudinal” que “necessita ser assumida pelo professor e pelo aluno conjuntamente” (idem, p.30), então teremos um algo a mais na educação revelando em si mais desenvolvimento.

2.2 Avaliação Institucional

Em meados da década de 1990, como bem relata Dalben, (2010), no Brasil começou-se a realizar com maior intensidade e intencionalidade a avaliação institucional. Porém, Sousa (1999), afirma que em torno de 1980 havia alguma experimentação como alternativa de condução desse processo. Importa, neste espaço, esclarecer que ela veio em primeira instância em nível universitário, em seguida, foi disseminada às demais camadas educacionais até permear a de base.

Quando externamos que a avaliação é aquela que envolve a análise de uma instituição escolar em âmbito geral, queremos assim dizer que é aquela que conglomerar todos os componentes da ação educativa. Conforme nos esclarece Brandalise [s.d, p.2], podemos verificar os seguintes componentes: gestão e organização da escola, processo ensino-aprendizagem, currículo, qualificação docente, infraestrutura escolar, resultados educacionais, perfil socioeconômico dos alunos, ação da escola com a sociedade, participação dos pais, entre outros aspectos a relação da comunidade escolar.

Ao fazer reflexões acerca dos temas abordados acima estamos vinculando essas meditações ao ato de avaliar em nível mesossociológico (Afonso 2003), no qual a avaliação institucional realiza a análise da escola em seu total nas dimensionalidades política, administrativa e pedagógica.

Neste patamar de avaliação, a forma de se mobilizar a comunidade escolar em torno de um eixo comum, surge como um meio de promoção da qualidade do trabalho escolar. Freitas (2009, p.33) defende que esta avaliação está guiada por um entendimento sobre educação sendo ela registrada como “emancipatória,” fundeada no movimento daqueles que fazem a escola e a encargo do poder público. O autor parte da ótica que os processos ocorrem “com” a comunidade escolar e não “contra” essa comunidade.

Não podemos deixar de destacar que para a materialização de uma Avaliação Institucional que busca a construção de uma escola reflexiva, existe a necessidade de se trabalhar com um processo aberto e democrático de participação dos pertencentes à comunidade escolar, visto que este eixo mostra-se como fator preponderante. Libâneo (2011), em seus estudos sobre o sistema de gestão e de organização da escola, afirma que

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável e maior aproximação de professores, alunos e pais. (LIBÂNEO 2011, p.328)

A participação e a representatividade do coletivo são vistas como mola propulsora de uma Avaliação Institucional coerente com a prática democrática. André e Passos (2001, p.189), afirmam que é imprescindível a presença de espaços para a coletividade visando “um pensar em conjunto sobre as metas pretendidas com o ensino e a aprendizagem, sobre os recursos materiais e humanos necessários para alcançá-las e sobre os avanços e dificuldades,” que porventura possam ser encontrados durante o percurso.

Freitas (2009), também norteia a participação encorpada, expressiva da comunidade escolar registrando a seguinte argumentação:

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola. (FREITAS, 2009, p.38)

Sem dúvida alguma a participação mostra-se, sobretudo, como um ponto que faz a diferença dentro de uma proposta de construção e reflexão coletiva com vistas à mudança. A Avaliação Institucional apresenta-se como mecanismo favorecedor do diálogo, da construção em equipe, valorizando cada fala, cada ação, cada sujeito na sua individualidade, moldando assim o compromisso de todos visando o bem comum. Por isso, apropriamo-nos de uma reflexão feita por Sousa (1999). Ela faz uma abordagem de avaliação como promotora da qualidade do trabalho escolar e tem como princípios as seguintes características: o aspecto democrático, a abrangência, a participação e por último o fator contínuo. Todas estas características mostram que o fator coletivo precisa ser respeitado para que as decisões tenham legitimidade, por demonstrarem onde foram as vitórias/acertos e as falhas, isto é em qual/quais ponto/s faz-se necessária a mudança e os avanços possíveis.

Aspectos que envolvam a reflexão em torno dos eixos pedagógicos, administrativos, estruturais e até mesmo os movimentos circunvizinhos podem favorecer a participação de todos os segmentos nesse processo. Conforme Sousa (1999, p.2), “a escola deve ser avaliada em sua totalidade, na qual se integra a avaliação do desempenho do aluno (...)”. Esta ação indiscutivelmente reflexiva facilita a percepção, então, da necessidade de se destacar outros aspectos do ambiente escolar que será refletido neste desempenho. Levando-se em consideração o instrumento utilizado para referendar as discussões este deve ser discutido, dialogado, debatido, e, esgotada todas as possibilidades do contraditório, partir para o preenchimento das lacunas dentro de um contexto de análises no grupo (pais, professores, alunos, demais funcionários da escola) e em seguida serem tabulados e devolvidos ao grupo para que haja a publicização dos resultados, visualização da escola de um modo global, garantindo que sejam expostos os seus anseios acerca do espaço educativo caminhando para um processo salutar de mudança.

Com os resultados da avaliação institucional toda comunidade tenha por comprometimento fazer com que os fatores positivos permaneçam e os negativos sejam transformados a fim de que em um momento seguinte haja a possibilidade de refazer a avaliação deste/s ponto/s, pois à medida que a escola reconhece a suas falhas e procura saná-las tende a melhorar.

Ao discorrer sobre este tema, em um de seus textos, Chueri (2008), nos faz avançar confirmando que toda e qualquer avaliação passa por transformações relacionadas ou não ao contexto social, a pensamentos, a vozes dentro e fora do sistema socioeducativo, entre outros, a paradigmas impetrados por políticas públicas internas e determinações externas como as oriundas de postulados liberais.

Contudo, a participação coletiva dos agentes no contexto educativo pode ser fator significativo na mudança que se espera no interior da escola e em suas práticas.

Mas afinal, como se dá a Avaliação Institucional em ambiente escolar? Gatti (2006, p.11) realizou um estudo no qual traz a luz esta forma de avaliação através de pelo menos quatro modelos diferentes: descritivos, descritivos-analíticos, reflexivos-interpretativos e reflexivos-participativos.

Segundo a autora, os modelos são reconhecidos da seguinte forma: o modelo descritivo se dá, também, a partir do uso de questionários para delinear o perfil da instituição, com o auxílio de diferentes variáveis; o descritivo-analítico se dá a partir da comparação das variáveis ligadas as ações internas e aos produtos; o reflexivo-interpretativo se dá através da descrição e análise dos vários grupos organizacionais - leva em consideração fatores “sociocientíficos e culturais” - e por último o reflexivo-participativo que se dá a partir do “diálogo reflexivo-interpretativo das representações e significados dessas ações e de seu impacto percebido ou possível”. (idem, 2006, p.11).

A autora deixa claro que essas modalidades de Avaliação Institucional não se excluem, pelo contrário, elas se combinam e se complementam. A avaliação com a participação de todos registra a possibilidade de não se tornar limítrofe os resultados e as mudanças que se pode alcançar. Registra a legitimidade das discussões e abre o leque para a participação dos múltiplos sujeitos da realidade escolar.

Fator relevante a se tratar acerca do papel da Avaliação Institucional sobre a sua integralidade, no que diz respeito às avaliações da aprendizagem e externa, como uma espécie de autoavaliação. Ao se associar a elas, esta modalidade de avaliação agrega de certa forma, os anseios de mudança das práticas realizadas ou não no universo escolar e acrescenta sugestões que ao serem acatadas pelo grupo podem movimentar com mais veemência este ciclo e ser fator motivacional.

Para elucidar a afirmação acima valemo-nos da explicação de Freitas (2009), quando afirma que a avaliação da aprendizagem pauta-se nas relações entre professor/aluno em sala de aula e a avaliação plena da escola cabe a Avaliação Institucional que se explicita por meio do Projeto Político Pedagógico, relação que trataremos com mais profundidade a seguir.

2.2.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP) sob o prisma da Avaliação Institucional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN - prevê a participação da comunidade escolar ativa e colaborativa e procura garanti-la através, principalmente, do estabelecimento de conselhos escolares, conselho de segurança, associações de pais e mestres, instituição do grêmio estudantil. Está previsto no calendário da rede pública de ensino do Distrito Federal momentos para a Avaliação Institucional. As escolas abrem suas portas para que haja discussão, reflexão coletiva visando melhora no PPP. A presença de um comprometimento da equipe diretiva com uma gestão democrática, participativa e emancipatória facilitam este movimento, pois quanto mais abertura for disponibilizada pelo grupo gestor, maior será a entrada dos demais componentes no espaço escolar para as negociações sempre abertas por meio do diálogo.

O momento político e de visão globalizada que vive o Estado brasileiro hoje demanda uma participação ativa de todos os atores do processo, por isso, mobilizar a comunidade escolar em torno da construção de seu PPP, é antes de tudo, fator essencial para o seu funcionamento na prática e estabelecimento do mesmo como guia e fonte reguladora das ações realizadas dentro da instituição de ensino. Veiga, (2002), traz uma consideração importante sobre a construção do PPP, ao dizer que

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. (VEIGA, 1998, p.4)

A importância dada pela comunidade escolar acerca da elaboração do PPP, que ele precisa estar a contento de todos, determina o seu perfil e está intimamente ligada ao crédito que se é dado ao trabalho realizado em seu interior.

Cabe destacar que o reconhecimento do PPP para a realização das estratégias de forma coletiva, não aleatoriamente, mas pautada em “um documento programático que reúne as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa” Veiga (2003, p.271), se torna a identidade da escola.

A Avaliação Institucional movimenta o projeto político-pedagógico da escola à medida que busca retratar a satisfação de todos os membros da comunidade com relação às atividades/projetos desenvolvidos no ambiente escolar trazendo à existência as considerações, muitas vezes mínimas, porém necessárias acerca da realidade vivenciada em todos os contextos. Freitas, (2009), torna evidente esta proposição pedagógica ao afirmar que

(..) pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político-pedagógico (...) (FREITAS, 2009, p.35)

À medida que as satisfações ou insatisfações são sinalizadas, o PPP vai tomando nova vestimenta e o seu interior uma nova estrutura. É interessante observar as características sociológicas do espaço escolar visto que mudam-se os alunos, mudam-se os professores, muda-se a sociedade, mudam-se as mentalidades, assim sendo há necessidade da tríade ação – reflexão - ação e a Avaliação Institucional existe para possibilitar essas ações e desta forma progresso no rendimento escolar do aluno individualmente e no coletivo.

A percepção de Freitas (2009, p.20) acerca da Avaliação Institucional e do Projeto político Pedagógico mostra que o PPP “indica que tipo de processos relacionais são desejados e necessários para que os objetivos da escola sejam

alcançados”. A Avaliação Institucional permeia o fazer do PPP quando sinaliza questionando-o em seus objetivos, que são também objetivos da escola; se eles refletem a resistência às “desigualdades sociais como princípio de seu funcionamento”, ou seja, se o PPP caracteriza-se na busca de uma escola de e para todos.

Para o efeito mais significativo de uma Avaliação Institucional que o foco seja, antes de tudo, como bem assinala Libâneo (2011) uma busca de objetivos comuns e uma forma coletiva de tomada de decisões assumida por todos (equipe diretiva, professores, alunos, demais profissionais da educação, pais/mães e/ou responsáveis), surge com significado à demanda de se nortear os encaminhamentos das decisões coletivamente, de modo que cada um assuma sua parcela no labor consciente. Desde a colocação da situação problema, perpassando pela coordenação e a avaliação sistemática, chegando à operacionalidade das resoluções.

A busca constante pela participação ativa de pais/mães e/ou responsáveis nas instituições de ensino não tem sido de hoje, principalmente por ser este o elo que se mostra mais distante da escola, considerando-se que equipe diretiva, professores, alunos e demais profissionais que nela atuam estão presentes praticamente todos os dias em seu interior. Em função de várias situações e também por este motivo, destacamos a seguir, o papel da família na Avaliação Institucional reconhecendo a importância fundamental de sua atuação.

2.2.2 O papel da família no contexto da Avaliação Institucional

O papel da família no contexto da Avaliação Institucional é essencial uma vez que esta categoria tem forte expressão dentro da escola. Quando envolvida de forma ativa pode trazer muitos ganhos para a instituição de ensino em vários aspectos, e, refletindo no processo de ensino aprendizagem, diretamente com os alunos.

Em um dos estudos que aborda a participação da família em ambiente escolar, Paro (2004), assume a posição de que:

Não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública (PARO, 2004, p. 46)

Ao mobilizar a comunidade escolar em torno do mecanismo comum – a Avaliação Institucional – indica a mobilização de interesse, “a atenção e a ação de outros para o mesmo fim”, Lück (2008, p.108), enxergando com isso, a construção coletiva de sua qualidade e a melhoria de sua organização, aberta para que esta mesma comunidade traga a escola modificações significativas desde o plano das ideias, que se dá durante as discussões até o firmamento das ações propostas e analisadas pela equipe/comunidade escolar. Freitas (2009) nos afirma que

É esta comunidade local que tem melhores condições para se erguer como um coletivo que faça com que as forças vivas do serviço público pensem sobre si, sobre a ética de suas condutas (...) que também poderá pressionar o próprio poder público a investir nas condições de funcionamento da escola e em seus profissionais. (FREITAS, 2009, p.67-68).

Mostrar para a sociedade a autonomia da escola, mesmo dentro de um determinado sistema, quando a junção de todas as suas forças em especial a contribuição da família através do mecanismo da Avaliação Institucional vai muito além do reclamar acerca do boletim de desempenho do filho, mas que abrange aspectos tão importantes quanto os mencionados acima tais como monitoramento pedagógico, estrutural e até mesmo administrativo da escola.

2.2.3 O envolvimento da família no mecanismo de Avaliação Institucional - aspectos facilitadores e/ ou dificultadores.

Dado o grau de importância da participação da família no interior da escola, existem aspectos relevantes que facilitam ou dificultam a sua participação no mecanismo de Avaliação Institucional. Essa entrada da família na escola precisa de uma atenção especial dispensada, muitas vezes pela equipe gestora. Lück (2008, p.68-69) apresenta um registro com ações para o envolvimento dos pais e da comunidade escolar, listando em um quadro e dividido em três cernes. São eles: a

criação de situações como a mobilização da comunidade em busca da melhoria de qualidade do ensino e aprendizagem; a realização de campeonatos e atividades diversas que a presença da família seja necessária; o resgate de histórias locais; experiências de vida; artesanato com a entrada da terceira idade na escola; mostrar a importância do órgão colegiado como representante geral de toda a comunidade escolar; conscientizar que estar presente na vida escolar do filho trás ganhos e evita dissabores; parabenizar os pais pela conquista do filho; e utilizar-se de circulares constantemente para comunicação com os pais. (O gerenciamento salutar de informações pode gerar um aumento da participação).

Dentre os aspectos dificultadores, pegamos uma colocação de Perrenoud (1999, p.147) na qual ele afirma que *a avaliação é o vínculo mais constante entre escola e a família* (grifo do autor). Infelizmente, a maioria dos pais não entende a escola como bem comum e que assim deve ser tratada. Eles, os pais, procuram resolver os problemas dentro da sua individualidade e no menor tempo possível.

Como dificultadores da criação de uma escola reflexiva, indubitavelmente o posicionamento da família se coloca na ponta do iceberg. Concordamos com Lück (2008), ao afirmar que a falta de: tempo em virtude da dinâmica do mundo de hoje; conhecimento do PPP, sendo assim em um momento para discussão a participação ser ínfima justamente por não conhecer a proposta da escola, os projetos trabalhados, seu regimento interno, portanto lhes faltam argumentos; comprometimento com o espaço público o que torna a participação efêmera; engajamento coletivo; visão proativa.

Não só a família, como também cabe à escola que por vezes se apresenta como espaço autoritário, burocrático, individualista – no sentido de tomar para si toda a responsabilidade no processo ensino aprendizagem, a comunidade escolar encontrará várias pedras de tropeço impedindo a sua participação e com isso poderá ser bem menor do que se houvesse uma chamada para este envolvimento.

Sousa, (1999), compreende o processo de autoavaliação quando os integrantes da escola se encarregam da avaliação do trabalho – professores, outros profissionais da escola, alunos e pais. A autoavaliação deve levar em conta, além da avaliação da aprendizagem, os resultados das avaliações em larga escala, também denominadas avaliação de sistema, que iremos tratar mais adiante.

2.3 Avaliação em Larga Escala (ou Externa)

O nível macrossociológico da avaliação (Afonso, 2003), é aquele desenvolvido em âmbito nacional ou internacional, por organismos externos à escola, e tem como objetivo verificar a qualidade do ensino e da educação no país. No Brasil temos o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP –, que coordena os processos de avaliação externa às escolas a nível nacional. Para avaliações estaduais cada um tem seu órgão regulador. São exemplos desse formato de avaliação a Prova Brasil, Provinha Brasil, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB – o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB –, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Em seguida alguns esclarecimentos acerca desses exames.

Sobre SAEB, Oliveira e Lima (2009) esclarecem que o sistema é aplicado no intervalo de dois anos para alunos do 5º, 9º do ensino fundamental e do 3ºano do ensino médio, avalia leitura e matemática. Dentre os principais objetivos citados pelos autores, vamos nos atentar aos seguintes:

Identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino; oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas; consolidar uma cultura de avaliação nas redes e instituições de ensino e comparar o desempenho dos alunos e do sistema educacional brasileiro com o de outros países. (OLIVEIRA e LIMA, 2009, p.4)

Sobre a prova Brasil, Marinho (2009, p.10), nos mostra como uma ferramenta criada para auxiliar no desenvolvimento e implementação de políticas públicas educacionais. Avalia o que os alunos sabem em termos de habilidades e competências.

A Provinha Brasil, seguindo Soares, Cardoso, Corrêa e Nogueira, (2009, p.15), surge como um instrumento de avaliação diagnóstica, destinada a avaliar o nível de alfabetização dos alunos no segundo ano de escolarização. O que a diferencia das demais avaliações é que ela serve como base em um trabalho que gera um diagnóstico acerca do conhecimento de leitura, escrita e a organização do conhecimento lógico matemático que dentro da normatização da organização do trabalho pedagógico subsidia reflexões com vistas a intervenções no processo de

ensino aprendizagem. Interessante quando ocorrem os fóruns de rendimento nas escolas para tratar também dos resultados obtidos com esta provinha que acabam sendo parte das discussões da Avaliação Institucional.

Acerca do ENEM, Ferreira (2009, p.7), afirma que é realizado anualmente. Ele avalia o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir competências fundamentais quanto

ao exercício pleno da cidadania, conferir ao indivíduo parâmetros para autoavaliação, criar referência nacional para os egressos desta modalidade, bem como servir de modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho e alternativa de teste para o acesso à educação superior. (idem, 2009, p.7)

O IDEB, segundo Batista (2009), visa à melhora na qualidade da educação brasileira. De acordo com a autora, o IDEB combina informações sobre aprovação e o desempenho escolar dos estudantes brasileiros, apontados pelo SAEB e pela Prova Brasil permite monitorar a qualidade da educação básica, Batista (2009, p.24) e ainda tem a intenção de acompanhar e avaliar o desempenho dos estudantes brasileiros para a implementação de políticas públicas que ajudem o sistema escolar a melhorar a educação brasileira.

Todos os sistemas de avaliação externa seja ele a nível local, estadual, municipal ou a federal buscam monitorar a qualidade do ensino oferecido e mecanismo para que esta melhora ocorra de acordo com as necessidades específicas apontadas pelos instrumentos avaliativos.

2.3.1 Avaliação Internacional – em foco o PISA

No contexto das avaliações externas realizadas no interior do nosso país, encontra-se uma avaliação que é desenvolvida e gerenciada por organismos internacionais, os quais desejam afixar padrões de desempenho e a partir deles se pode nortear como referência para a criação de metas e diretrizes relacionadas aos sistemas educacionais em nível mundial nos diferentes países. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA. Coordenado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE é o que usaremos como

exemplo de avaliação externa além dos muros do Ministério da Educação - MEC. Aplicado a cada três anos, o objetivo é aferir os resultados em três áreas do conhecimento.

De acordo com o MEC as áreas que abrangem o domínio da leitura, matemática e ciências são analisadas numa apreciação ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos em diversos contextos sociais. Segundo o site Educar para Crescer, da Editora Abril, neste programa de avaliação dos sistemas educativos, se procura testar a capacidade dos discentes de analisar, raciocinar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências pessoais. O MEC explica que uma das justificativas para a existência do PISA está ligada ao fornecimento de um largo embasamento para a apreciação dos resultados das avaliações, tendo em vista nortear as mudanças nas atuais políticas públicas. Um dos objetivos das avaliações internas realizadas no país seria chegar ao patamar dos resultados externos encontrados em países que desenvolvem um sistema de avaliação externa há mais tempo que o Brasil e ainda elevar a qualidade da educação que vem sendo oferecida pelo próprio MEC e redes credenciadas.

Dentro de um contexto de Avaliação Institucional caberia ao próprio grupo escolar sistematizar todos os dados referentes à instituição de ensino relacionadas a avaliação da aprendizagem e a avaliação de larga escala buscando a partir dela uma reflexão coletiva e assim apontar os possíveis problemas e as possíveis soluções sem que seja necessário rotular culpados, mas na busca realmente, do bem comum, que neste caso refere-se a educação de qualidade de acordo com o que foi esboçado pelos anseios e desejos dos sujeitos que dela pertence.

III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa ou naturalística surgiu num cenário que demandou maior conhecimento relacionado às áreas sociológicas e antropológicas. Neste tipo de abordagem Moresi (2003, p.9) explica que há um “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. O autor completa que o “processo e seu significado são os principais pontos dessa abordagem”. Para Rodrigues (2007) a interpretação dos fenômenos juntamente com a imputação de significados é fundamental dentro de uma proposta de análise qualitativa.

Por ser baseada na experiência, a pesquisa empírica, dentro da área educacional possibilita a observação e análise dos elementos ou sujeitos para assim explicá-los. A investigação que por hora se delineia foi desenhada num contexto de estudo de caso. Considerando-se as probabilidades de aprofundamento e pormenorização do fenômeno cuja averiguação foi realizada, observando-se o entendimento que estudo de caso possibilita o esmiuçamento detalhado de um acontecimento, sujeito ou contexto partindo de um caso específico.

André, apud Stake (2005, p.16) relata que estudo de caso “não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”. Mostra-se como ponto forte e de grande consideração o conhecimento derivado a partir do estudo de caso. De acordo com Robert Yin (1997, p.24) um estudo de caso é “um inquérito empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real”. A formatação do ambiente escolar proporciona o estudo mais aprofundado de diversos fenômenos e diferentes oportunidades de melhor conhecê-lo com a intenção ou não de atuar nele, fato este que por vezes recai no objetivo do pesquisador. A pesquisa aqui desenvolvida foi traçada numa perspectiva etnográfica conforme André (2005, p.24-25), qualitativa, descritiva, indutiva e com transparência como bem explica Moroz e Gianfadoni (2006, p.60).

3.1 Campo Pesquisado

A instituição de ensino escolhida para esta pesquisa foi um Centro de Ensino Fundamental que pertence ao quadro de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal - DF. Fundada em setembro de 1969, está na responsabilidade da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/ Cruzeiro. Seu funcionamento é no diurno. Atualmente atende cerca de quatorze turmas, totalizando quinhentos e quarenta e dois alunos distribuídos do sexto ao nono ano.

O Centro de Ensino Alvo Certo tem uma comunidade heterogênea, diversificada, oriunda de Brasília, das Regiões Administrativas do Distrito Federal e de seu entorno. São oriundos tanto da rede pública quanto da rede particular do DF e de todo país. Por ser uma escola em perímetro de residências para militares acaba recebendo alunos de outros Estados no decorrer do ano letivo.

A maioria dos alunos é carente de recursos financeiros, assistência médica e familiar, tendo pouco acesso ao lazer, a educação sexual, a programas de prevenção ao uso de drogas e violência. A opção da comunidade pela escola se deve ao acesso a transporte público (estação do metrô bem localizada e a pontos de ônibus do eixo sul) e a qualidade de ensino oferecida refletida nos últimos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

A escola atende alunos com necessidades educacionais especiais (transtorno déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, deficiência mental, condutas típicas e síndromes - autismo), além de vários em processo de avaliação.

É ofertado o ensino regular do sexto ao nono ano do ensino fundamental de acordo com a Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Resolução 01/2003 do Conselho de Educação do DF, a Lei Orgânica do Distrito Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2 Interlocutores da pesquisa

A pesquisa teve como atores do processo educativo trinta pais ou responsáveis dos alunos do 9º ano do ensino fundamental que estudam na instituição de ensino desde o 6º ano. Nesta escola há pelo menos 148 alunos no 9º ano. Trinta pais equivalem a quase 45% dos pais.

A escolha por apenas alunos do último ano do ensino fundamental e que estudem na escola desde o sexto ano se dá em virtude desses pais terem participado ou não de pelo menos sete momentos de Avaliação Institucional e aproximadamente dezesseis momentos exclusivos de reuniões ordinárias com a presença de todos os segmentos da comunidade escolar. Pois sendo a pesquisa de abordagem qualitativa, precisa estar fundamentada numa perspectiva social, histórica e cultural e participativa, cuja atuação dos sujeitos da pesquisa suscite sentidos (re) significado(s) e lógicas das quais procura-se identificar.

Dessa maneira o estudo em questão trás a luz de determinada teoria ampla possibilidade de um aprofundamento quanto ao objeto investigado.

3.3 Instrumentos

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário e a análise documental. O questionário por ser, conforme afirma Gil (2006, p.128), “um valioso instrumento de pesquisa que possibilita conhecer opiniões (...), dentre outros aspectos, situações vivenciadas pelos sujeitos pesquisados”. Este instrumento foi elaborado contendo dez perguntas, entre elas oito fechadas e duas abertas. Segundo Gil (2006) ao se estruturar um questionário se tem a obrigação de transpor em questões específicas os objetivos da pesquisa. Cabe ressaltar que o instrumento utilizado para averiguação do fenômeno investigado precisa ser o mais claro possível, capaz de captar dados importantes passíveis de análise.

As respostas a essas questões proporcionaram os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa. “As questões consistem, pois, o elemento fundamental do questionário”. (GIL, 2006, p.129). Este

questionário foi aplicado aos pais dos alunos do nono ano do ensino fundamental que fecharão um ciclo de estudos (do sexto ao nono ano) no ano letivo de 2013. A análise documental também foi utilizada. Foram analisados dois livros ata de registros de reunião de pais e mestres nos quais existiam apontamentos e assinaturas da participação de pais entre os anos letivos de 2010 a 2013. Em conjunto foram feitos levantamentos de dados relacionando projetos constantes nas versões do PPP da instituição de ensino no período compreendido entre os anos letivos do quadriênio acima citado. A análise de documentação específica de secretaria referente aos alunos do nono ano foi realizada a fim de triagem para aplicação do questionário somente para aqueles que iniciaram os estudos nesta instituição de ensino em 2010 e concluirão em 2013, fechando assim o quadriênio previamente determinado.

IV CAMINHOS PERCORRIDOS: ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O foco da pesquisa foi a Avaliação Institucional considerando a participação dos pais por acreditar-se que a sua presença proativa¹ em ambiente escolar como peso em questionamentos e ações que valorizem as práticas no coletivo pudesse ser um extensor de ações positivas para a melhoria da educação dispensada na escola pública do Distrito Federal - DF.

Antes de abordar diretamente os instrumentos para coleta e análise de dados, cabe neste contexto esclarecer a escolha dos participantes. Foi escolhido um grupo de trinta pais de alunos que conseguiram cumprir um ciclo (do 6º ao 9º ano) estudando na escola, no período referente aos anos de 2009 a 2012. No entanto, ao procurar os pais para o preenchimento do instrumento, cuja explicação dos seus objetivos tinha sido feita com antecedência, houve um esquivamento. O que demonstrou falta de pertencimento desse grupo com este ambiente escolar que por hora não diz respeito ao lócus familiar – pois o/a aluno/a não estuda mais nele.

Dalben (2010, p.142) coloca a questão da “perda da noção da escola como bem público” e mesmo sem estar mais neste ambiente o espaço continua sendo público continua sendo de todos. Contudo, fica evidente a demonstração de que o espaço público gera preocupação e zelo durante o período que dele o sujeito usufrui. Por isso foi preciso mudar de interlocutores. Sendo então convidados a participar pais de alunos pertencentes ao ciclo 2010 a 2013. Nesta conjuntura não houve dificuldades quanto ao preenchimento do referido instrumento, cuja aplicabilidade se deu a todos ao mesmo tempo em espaço após reunião de pais ocorrida na instituição de ensino escolhida para a pesquisa. Esta estratégia foi utilizada com o propósito de explicar no coletivo os objetivos da pesquisa e sanar eventuais dúvidas que pudessem incorrer durante o preenchimento do instrumento da investigação.

¹ A respeito de Proatividade, Lück (2008), utiliza o termo “visão proativa” para sinalizar a “... capacidade própria de enfrentar desafios, assumir responsabilidades e criativamente enfrentá-las. (...) em vez de procurar desculpas para o que se deixou de fazer, procura-se estabelecer condições para fazer, em vez de procurar errado, procura-se identificar como contribuir para que o encaminhamento seja mais favorável da próxima vez.” (LUCK, 2008, p.109-110).

Foi empregada a análise documental, na qual se levou em consideração dois livros ata de registros de reunião de pais e mestres nos quais havia apontamentos e assinaturas da participação de pais entre os anos letivos de 2010 a 2013; foram feitos levantamentos de dados relacionando projetos constantes nas versões do PPP da Instituição de Ensino no período compreendido entre os anos letivos do quadriênio acima citado, com intuito de perceber quais os principais projetos desenvolvidos pela escola neste período. Acerca da análise documental conforme forem expostos os gráficos gerados pela análise das questões disponibilizadas, será possível se reportar aos dados obtidos via documentos da instituição de ensino campo da pesquisa hora realizada.

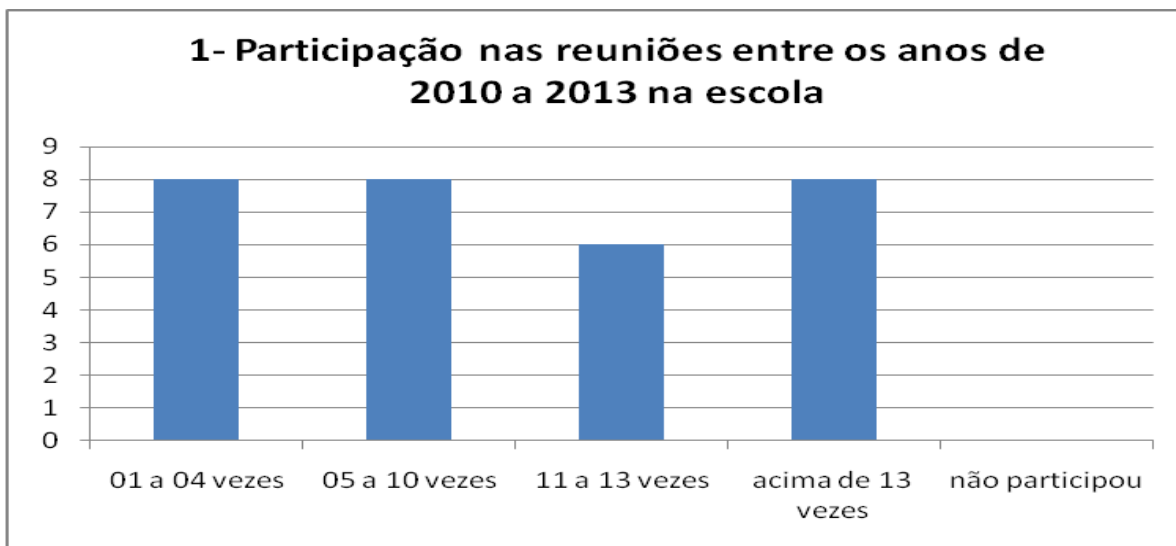
Outro instrumento utilizado durante esta pesquisa foi um questionário. Este documento foi aplicado contendo dez perguntas, sendo oito fechadas e duas abertas. Por essa razão, os resultados encontrados foram apresentados em dois formatos: primeiro sistematizados em gráficos, com a intenção de oferecer uma visão global das respostas atribuídas as questões de nº1 ao nº8. Os gráficos foram enumerados de acordo com as questões constantes no questionário e analisados na ordem 1, 2, 3, 4, 5, 7,6 e 8, levando-se em consideração as necessidades de análise da pesquisadora. As questões abertas de nº 9 e nº 10 por serem relatos livres foram analisadas em formatos distintos de acordo com as respostas dadas.

Com a intenção de analisar a percepção dos pais e ou responsáveis acerca da avaliação institucional realizada em uma Escola da Rede Pública de Ensino Fundamental, Anos Finais – Distrito Federal, houve o esmiuçamento desse objetivo em objetivos específicos que perpassaram caminhos visando: Identificar quais ações realizadas na I.E. têm maior e menor apoio dos pais e/ou responsáveis; e, compreender se os sujeitos investigados reconhecem ações previstas no Projeto Político Pedagógico, sendo este componente fundamental para a Avaliação Institucional. Assim sendo, firmou-se a investigação guiada por questionamentos referentes a fatores que poderiam apontar alguns ou vários sinais de como se concebe esta percepção.

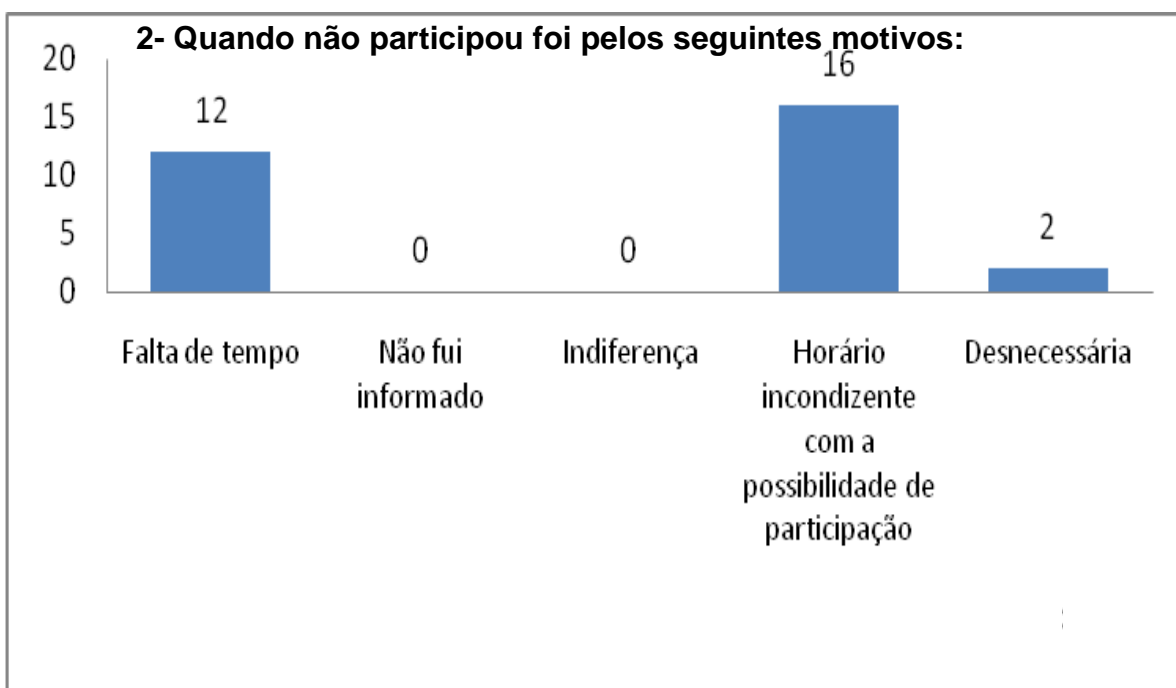
Por isso, debruço-se sobre os seguintes eixos de análise: participação em reuniões, conhecimentos acerca do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno da instituição de ensino; motivos da não participação em atividades

‘preparadas pela escola’ para sua participação; e, por fim suscitar reflexões sob a ótica das ações que apóia ou não, mas que acontecem na escola.

Para iniciar a reflexão analisamos os gráficos de nº 1 e nº 2 localizados na sequência a seguir:



Fonte: pesquisa de campo

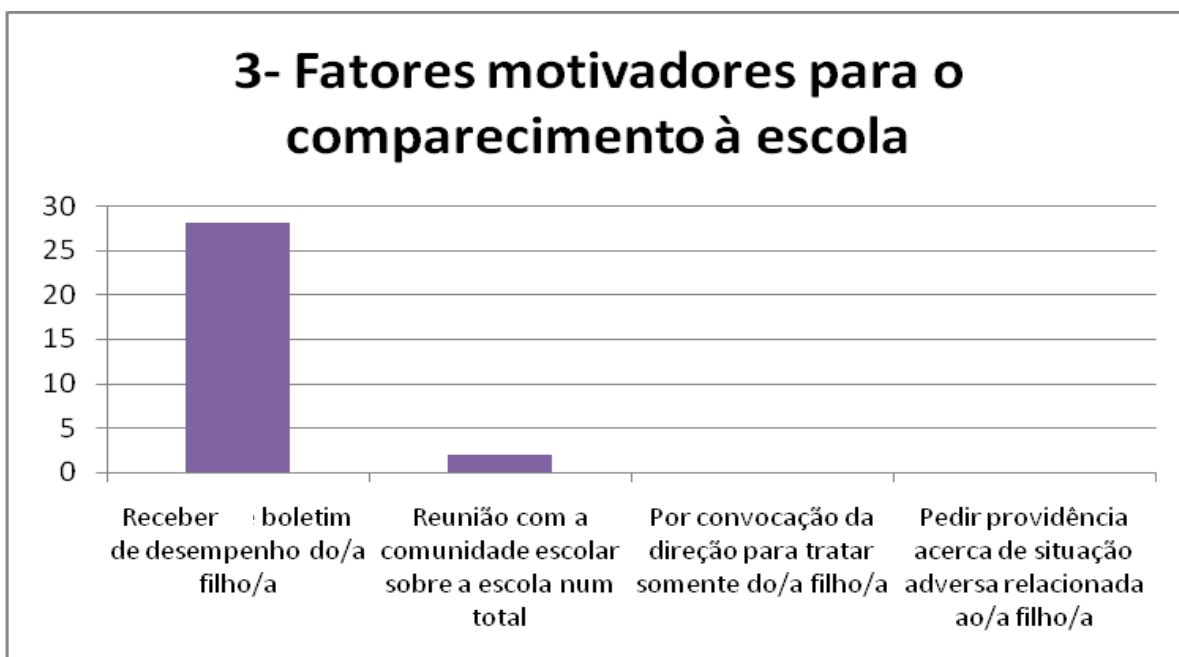


Fonte: pesquisa de campo

Conforme dados disponibilizados nos gráficos acima, foi possível constatar que apesar de todos os pais/mães/responsáveis terem o espaço assegurado de estar/participar de momentos de protagonismo no ambiente escolar apenas pouco mais de 26% utilizaram-se desse espaço. A não participação foi sinalizada principalmente pelo fator horário (muitos pais são porteiros e muitas mães são domésticas, trabalhadores dos blocos que circundam a escola). Contudo, levando-se em consideração que estas reuniões ocorreram a cada dois meses e que seria possível uma reorganização dos tempos relacionados a patrão e empregado, nos apegamos a Dalben, (2010), acerca da participação dos pais quando salienta que:

A falta de iniciativas individuais que valorizem a participação, fazendo com que se percam as raras oportunidades, quando membros de diferentes segmentos escolares se encontram, podendo, nesse momento, desenvolver uma cultura de participação. (DALBEN, 2010, p.142)

Esta falta de participação no coletivo como bem explicita o autor, se mostra mais claramente no gráfico seguinte de nº3:



Pesquisa de Campo

As respostas manifestadas pelos pais/mães/responsáveis pesquisados revela que mais de 93% dos pais preocuparam-se, especificamente com questões ligadas exclusivamente com o/a filho/a. Estes dados esclarecem que conforme Perrenoud (1999, p.147) “a avaliação é o vínculo mais constante entre escola e família”. Não é possível afirmar com afinco, mas os resultados demonstram que impera na ação do senso comum dos sujeitos da investigação, a “pedagogia do exame” como ressaltado por Luckesi (2009, p. 20) “se os alunos estão indo bem nas provas, o mais vai...”. Infelizmente este pensamento fere a construção qualitativa do coletivo, torna o processo de conhecimento do espaço educativo moroso, visto que sem a participação plural a dinâmica para saber como move o espaço escolar não ocorre como poderia/deveria ocorrer. Se há discussão, os resultados ficam muito aquém do esperado.

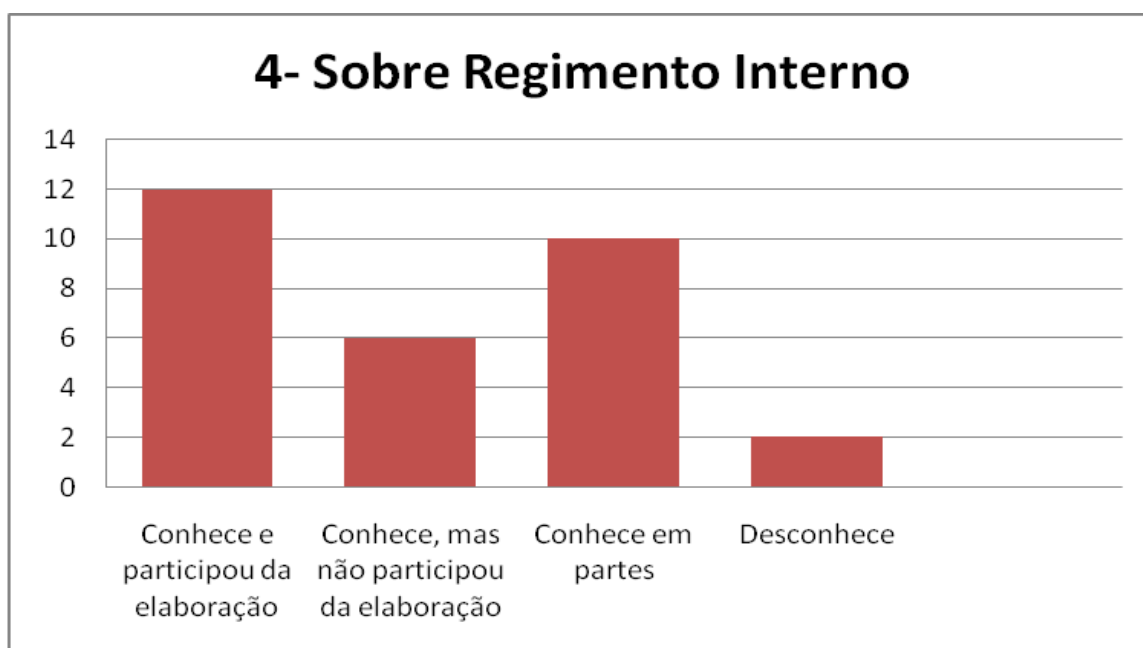
Luck (2008) aponta entre os aspectos facilitadores do envolvimento da família na escola, a utilização de circulares para comunicação família/escola. Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, foi mencionado no Regimento Interno presente no interior do documento acima citado, que o uso de circulares informativas, convocativas são constantes na prática de chamamento da comunidade para o meio escolar. A instituição de ensino também conta com um blog informativo/pedagógico, cujo lançamento se deu em uma reunião com toda comunidade escolar devidamente registrada em ata específica para reunião no qual consta o PPP da escola, o Regimento Interno, as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias, registros fotográficos dos eventos e projetos desenvolvidos no interior da unidade escolar, telefone e acesso a e-mail como espaços de comunicação entre escola e toda comunidade, no entanto a busca por esta participação mostra-se como tarefa árdua, visto que faz-se necessária a consolidação de ideias e valores pertinentes ao pertencimento do coletivo.

Identificar o conhecimento dos pais/mães/responsáveis sobre fatores relacionados a: Regimento Interno (RI) da Instituição, Projeto Político Pedagógico não só a construção como também a concepção de ensino que corrobora para a sua existência, os projetos que atestam que a teoria presente neste documento permeia a prática pedagógica existente na instituição de ensino, são elementos reveladores não só da participação da esfera familiar, como também de sua atitude diante das demandas que podem ser geradas com sua presença em momentos de Avaliação

Institucional. Todos estes fatores (e os demais que surgem de acordo com as necessidades do coletivo) podem e devem suscitar acaloradas discussões. Paro (2004, p.45), coloca que,

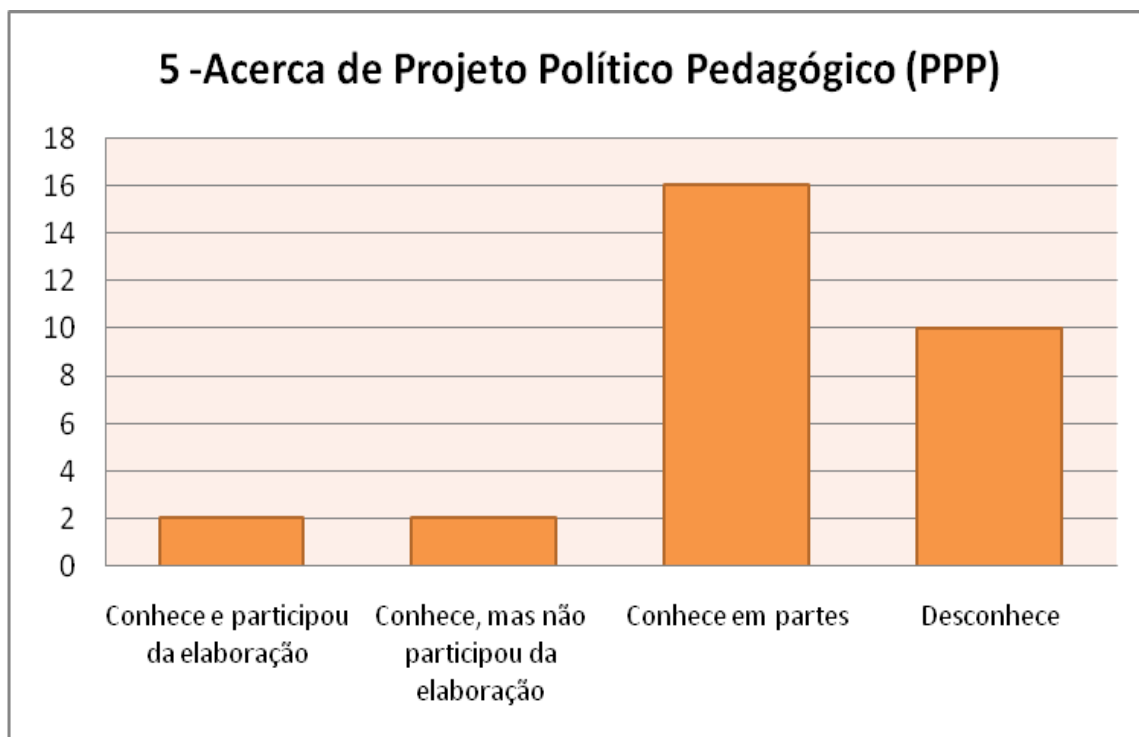
A partir das insatisfações das pessoas e grupos envolvidos (...), ao tomarem consciência das dificuldades, podem desenvolver ações para superá-las (...), que exigem para a sua superação, a participação de pessoas que, de outra forma, dificilmente estariam envolvidas com as questões escolares. (PARO, 2004, p.45)

E ainda, ao tornarem-se familiarizados com a causa podem e devem influenciar nas tomadas de decisões. Sendo assim, os gráficos nº 4 e nº 5 demonstram que os sujeitos pesquisados conhecem o Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico em maior ou em menor grau.



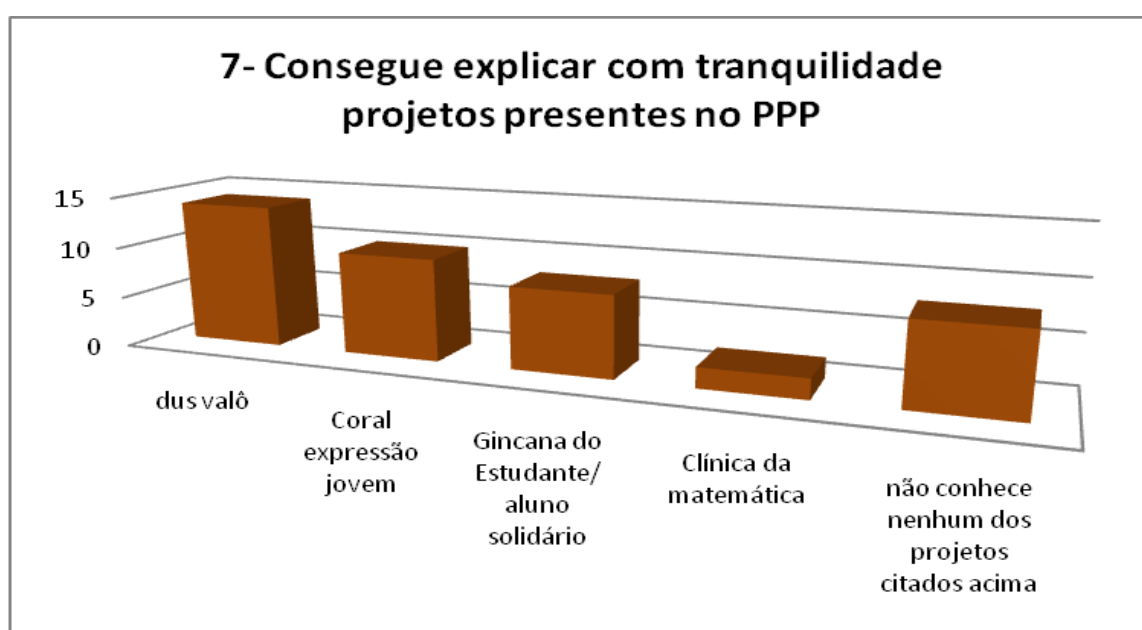
Fonte: Pesquisa de Campo

O registro dos pais quanto ao conhecimento acerca do Regimento Interno e do Projeto Político Pedagógico mostra superficialidade quando questiona-se sobre os projetos constantes no PPP.



Fonte: pesquisa de campo

O não conhecimento tanto do Regimento Interno (mais de 6%) quanto do Projeto Político Pedagógico (mais de 33%), faz sentido quando se analisa o gráfico nº 7, no qual demonstra que pouco mais de 26% deles não conhecem os projetos desenvolvidos na escola.

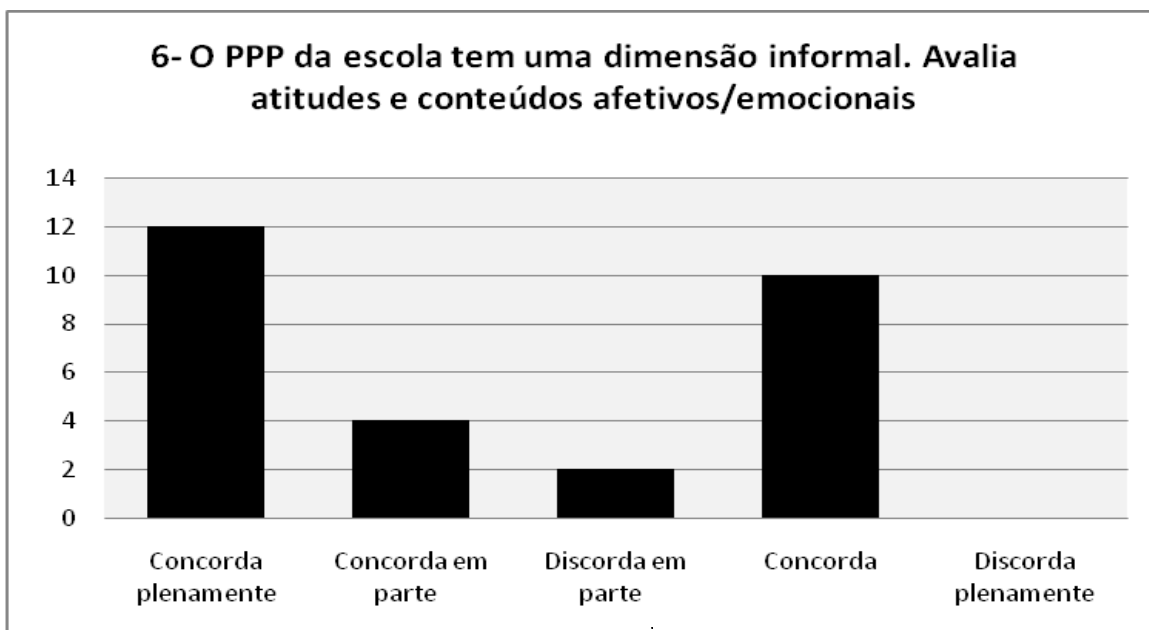


Fonte: pesquisa de campo

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico foi possível perceber projetos de grande importância para a comunidade escolar pesquisada como os colocados no gráfico de nº 7: 'Dus Valô' é o nome dado ao projeto de valores desenvolvido durante todo o ano letivo com grande expressão principalmente na festa junina/julina realizada na escola, visto que requer a participação conjunta de pais, alunos, professores, equipe gestora e demais profissionais da educação atuantes nesta instituição; Coral Expressão Jovem é um coral que existe na instituição de ensino há pelo menos quatro anos no qual participam alunos do 6º ao 9º ano e que em vários eventos faz apresentações na escola, na comunidade e no Distrito Federal; Gincana do Estudante/Aluno Solidário projeto cuja demanda está também na participação de pais visa proporcionar aos pais, alunos, professores momentos em que o trabalho voluntário aconteça de dentro para fora do ambiente escolar; e, por fim, a Clínica da Matemática, projeto muito procurado desde a primeira semana de aula por vários pais e alunos, cuja finalidade está em sanar as dificuldades pertinentes a matemática. Levando-se em consideração as atas de reuniões de pais da instituição de ensino no quadriênio analisado, foi possível perceber que em todas as reuniões de início de ano letivo e de segundo semestre foram colocados os projetos em destaque. Talvez caberia uma análise mais aprofundada para entender o motivo da falta de compreensão com relação aos projetos citados.

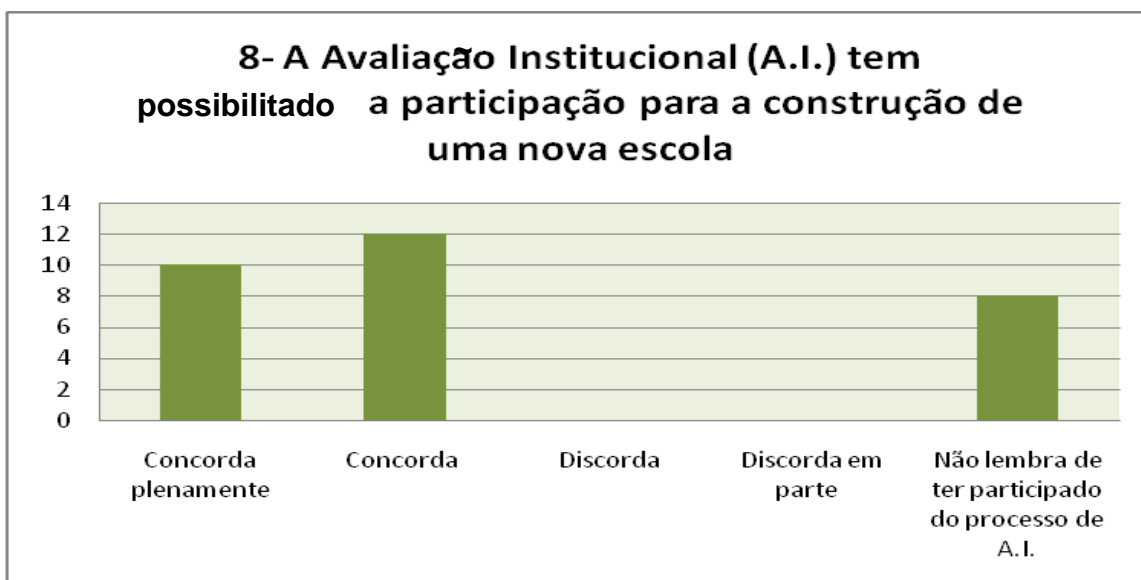
Observando-se o gráfico a seguir, de nº 6, quando se aborda a dimensão pedagógica propriamente dita, ela é refletida no aspecto da informalidade (avaliação de atitudes e conteúdos). Vê-se que a discordância levantada pelos interlocutores pesquisados se deu em menor grau (pouco mais de 6%). Esse dado reflete a função social da escola na atualidade, o que todos esperam, tanto sociedade como comunidade escolar, os pais e a própria escola, que de acordo com Hoffmann (2010), seria

(...) possibilidade de os educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. (...) Seres autônomos intelectual e moralmente (com capacidade e liberdade de tomar as suas próprias decisões). Críticos e criativos (inventivos, descobridores e observadores) e participativos (agindo com cooperação e reciprocidade). (HOFFMANN, 2010, p.18)



Fonte: Pesquisa de Campo

Quando interrogados se a Avaliação Institucional desta unidade de ensino tem possibilitado a participação para a construção de uma nova escola, por entender que a sua voz está sendo ouvida e desta maneira poder intervir na melhoria da escola cada vez mais durante o quadriênio de permanência nesta comunidade escolar, 33% dos sujeitos concordaram plenamente, 40% concordaram e pouco mais de 26% afirmaram não se lembrar de ter participado do processo de Avaliação Institucional, conforme mostra o gráfico nº 8:



Fonte: Pesquisa de Campo

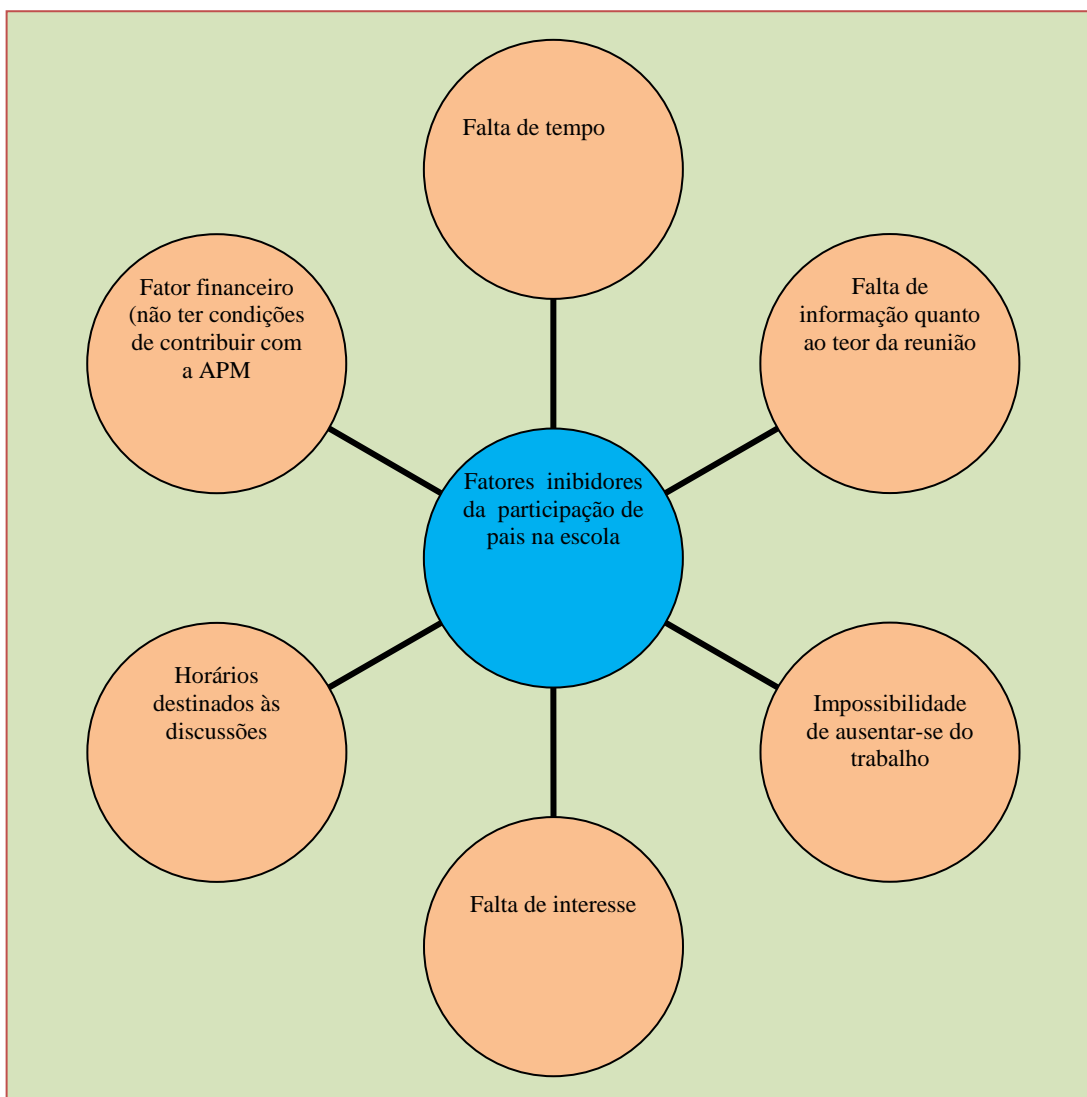
Ora, apesar de ser perceptível que a maioria tem o entendimento da possibilidade da sua participação para transformação da realidade atual, da sua participação para além de assuntos individuais, a presença dos pais/mães/responsáveis nos momentos de construção coletiva deixa a desejar conforme registrado anteriormente nos gráficos de nº 1, 2 e 3. Libâneo (2011) elucida bem a importância desta participação quando afirma que ela é que

proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável e maior aproximação de professores, alunos e pais. (LIBÂNEO 2011, p.328)

De uma maneira geral, assentado nas palavras do autor acima citado, este clima de trabalho coletivo transforma a escola em espaço assegurado de gestão democrática, e nada mais justo que em meio à esfera social tão reflexiva que se mostra a escola surgir um grito para a participação de todos ativamente. Como o foco desta pesquisa volta-se para a participação dos pais remete a Freitas (2009) por afirmar que através da Avaliação Institucional:

o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estructure situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola. (FREITAS, 2009, p.38)

Nas questões abertas obtivemos as mais variadas respostas. No questionamento de nº 9, no qual consistiu em levantar pelo menos três motivos que impediram a participação em atividades que necessitavam da representatividade dos pais/mães/responsáveis, foram apontados os seguintes fatores:



Fonte: Pesquisa de Campo

Dois pontos chamaram a atenção. Quanto à impossibilidade de ausentar-se do trabalho (muitas mães são domésticas, muitos pais são porteiros e trabalham nos arredores da escola) e a situação registrada por dois pais bastante interessante foi entender a Associação de Pais e Mestres – APM - como instituição responsável apenas por uma demanda financeira, por não colaborarem com a contribuição dos pais fizeram uma justificativa voltada para este fim alegando a não necessidade de participação em virtude de existir uma verba governamental destinada à educação no Distrito Federal.

No registro realizado por estes pais evidencia-se que há um mau entendimento quanto à compreensão acerca da função do colegiado intitulado APM. Libâneo (2011) defende que:

vivendo a participação nos órgãos deliberativos os pais, os professores e os alunos vão aprendendo a sentir-se responsáveis pelas decisões que os afetam em um âmbito mais amplo da sociedade. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar. (LIBÂNEO, 2011, p. 229-330).

Desta maneira faz-se necessário e urgente que se conheça para intervir na escola. Não há razão de responsabilizar-se por aquilo que não faz parte da vivência do indivíduo, da sua consciência e senso de pertencimento. Paro (2007) alerta que

Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho da escola ou a APM, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é a atenção que deveria ter com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito. (PARO, 2007, p.120)

Há que se buscar um entendimento mais aprofundado acerca das funções desempenhadas pelos colegiados no interior da escola para evitar possíveis equívocos e maior participação dos pais. Dentro deste contexto destaca-se como fator inibidor da participação dos pais a falta de interesse. Paro (2004) levanta a questão dos condicionantes ideológicos da participação. O autor registra que

se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. (...) é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto a sua postura diante da própria participação popular. (PARO, 2004, p.47)

Numa outra perspectiva há que se questionar a família quanto à participação na vida escolar dos filhos que deve ser intrínseca, logo impossível haver falta de interesse para participar do contexto escolar no qual o filho está submerso.

Na expectativa de adquirir apontamentos mais precisos quanto às ações desenvolvidas quer seja dentro de projetos presentes no PPP quer seja em ações pontuais realizadas no interior da unidade de ensino ou em atividade de campo, a questão de nº 10 foi especificamente reportada para este fim. Através dela foi solicitado que o pai/mãe/responsável realizasse uma retrospectiva minuciosa na qual se identificasse ações realizadas na escola no decorrer do quadriênio que

tinham seu apoio e as que não tinham. A partir desta reflexão foram listadas num quadro para melhor visualização e entendimento as seguintes ações:

Ações realizadas que apoio	Ações realizadas que não apoio
<p>Pedagógico - atividades do integral, reforço escolar, almoço, festa junina, equipe gestora acessível, projeto de história, aulas de violão, coral, frevo.</p> <p>Administrativo – segurança na portaria, uso de: uniforme completo, caderneta escolar, câmeras de segurança, não liberação do aluno antes do horário previsto para as aulas e sempre ter os professores para darem as aulas.</p>	<p>Administrativo - Rigidez nos horários de entrada e saída, uso constante do uniforme.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo

De acordo com os dados disponibilizados pelos pais pesquisados, foi possível perceber ações que eles apoiam relacionadas às questões de cunho pedagógico e de administrativo. Quando é colocado atividade do integral foca-se em atividades direcionadas a alunos que permanecem 8h em ambiente escolar e estando neste espaço tem três refeições diárias (café, lanche e almoço) e participam de várias atividades como reforço escolar, aulas de violão, coral, e dentre outras aulas de frevo. Situações pontuais que demandam a participação dos pais foram apontadas como sendo de apoio dos pais. São elas: festa junina, (segundo o PPP da escola acontece um mutirão de ações envolvendo toda a comunidade escolar e a presença de pais é fundamental neste processo); equipe gestora acessível (não fica claro se esta acessibilidade é para garantir a resolução de algum conflito pessoal ou da comunidade escolar de forma global); projeto de história (assim como o projeto anterior demanda protagonismo do aluno, dos pais, da direção e da professora, para que o projeto aconteça); a presença de professores de modo geral constante na escola. Este item foi listado como administrativo, porém em muitos momentos o fato do professor estar em sala cotidianamente com os alunos reflete também em

desenvolvimento voltado para o suporte do trabalho pedagógico e sequência das atividades que contribuem para as aprendizagens dos discentes.

Questões administrativas acabaram por sobrepor às pedagógicas, visto que estas ações existem para dar apoio ao trabalho pedagógico desenvolvido na instituição. Dá-se a entender que o espaço escolar deixa o/a filho/a 'protegido/a' longe dos olhos dos pais. Apesar de a escola desenvolver diversas estratégias para a participação dos pais/mães/responsáveis, dentro de uma proposta de atitudes pedagógicas, esta participação ainda deixa a desejar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Institucional constitui-se, como uma das dimensões necessárias no avanço para a construção de escolas reflexivas. A participação de pais/mães/responsáveis, alunos, professores e demais profissionais pertencentes à comunidade escolar faz com que esta seja um valioso e rico mecanismo democrático de participação com vistas à mudança.

Neste estudo procurou-se analisar especificamente a percepção dos pais e ou responsáveis acerca da Avaliação Institucional realizada em uma escola da rede pública de ensino fundamental, anos finais do Distrito Federal. Focos secundários que enriqueceriam a investigação figuraram-se através dos objetivos específicos que perpassaram caminhos visando: Identificar quais ações realizadas na I.E. têm maior e menor apoio dos pais e/ou responsáveis; e, compreender se os sujeitos investigados reconhecem ações previstas no Projeto Político Pedagógico, sendo este componente fundamental para a Avaliação Institucional.

Foi possível constatar quanto à percepção dos pais acerca da Avaliação Institucional como espaço para a transformação da escola, através de sua participação ativa nesta construção. No entanto, o significante se distancia do seu significado de forma prática à medida que os mesmos eximem-se da sua parcela de responsabilidade com o coletivo ao indicar sua preferência por situações que remetem ao singular, ou seja, algo relacionado à vida escolar do/da próprio/a filho/a. Sendo assim faz-se necessário reconhecer o ambiente escolar como espaço de fala focada para à mudança no coletivo; a instituição de ensino encarada como espaço de conquistas no individual não levará (ou se o fizer demandará mais tempo), a existência de escolas reflexivas.

A demanda individual pode até gerar conhecimento dos projetos realizados na escola, de seu Projeto Político Pedagógico, mas a busca pela melhoria dele pouco acontece. Isso é revelado quando não há conhecimento de projetos presentes há anos no documento citado acima, que são históricos, mas que vestem outra roupagem de acordo com a comunidade que dela participa que é formada por uma heterogeneidade de sujeitos sócio históricos.

A Avaliação Institucional pode ser um forte elemento indicativo da força dos pais/mães/responsáveis na escola. Para intervir é mais que necessário conhecer. Deste modo, há possibilidade de reflexão, visão do todo, reestruturação do que existe o que pode levar a melhoria ou superação da realidade atual. Conhecer e participar. Paro (2004), levanta a seguinte bandeira:

A participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem as práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 2004, p.46)

Este estudo não se esgota aqui, não teve esta pretensão. Ainda há muito para ser revelado, desvendado acerca deste mecanismo democrático que deve ser a Avaliação Institucional que por si só não é estática, mas está em processo de construção e mudança.

O pai/mãe e responsável atuando dentro da escola, através de muito trabalho de atuação questionadora, e, segundo Paro (2007, p.97), conquiste “um pensamento mais crítico a respeito da escola” visando construir e reconstruir o fazer coletivo, pode conceber de uma forma singular a sua importância enquanto ser pensante e agente de mudança para a existência de uma Avaliação Institucional cuja finalidade seja construir escolas reflexivas. Que ela, a Avaliação Institucional, seja um espaço coletivo que privilegie o diálogo, questionamento, levantamento de problemas e busca grupal de soluções viáveis, e, acima de tudo emancipatória e transformadora da escola que oferece uma educação que pode ser de melhor qualidade para os seus filhos e filhas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, M. T. (org.). Escola, Currículo e Avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso e pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líber livro editora, 2005.

ANDRÉ Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **PASSOS** Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e media. – 1ª ed- Ed. Cengage Learning, 2001.

BATISTA, Carmyra Oliveira. Conhecendo o índice da educação básica – IDEB. In: Lições de avaliação. Tema: as avaliações externas e a educação básica e sua articulação com a avaliação praticada na escola. Grupo de estudos e pesquisa em avaliação e organização do trabalho pedagógico – GEPA (org). Universidade de Brasília. Nº3, 2009.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Universidade Estadual de Ponta Grossa [s.d.].

Calendário da rede pública de ensino do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/03/calendario_anual_2012.pdf

CHUERI, Maria Stela Ferreira. Concepções sobre a avaliação escolar. In: Estudos em Avaliação Educacional, v.19, n.39, p.49-64, jan./abr. 2008.

DALBEN, Adilson. Avaliação Institucional na Escola de Educação Básica: Uma aproximação orientada pelos princípios da participação. In: Educação teoria e prática. – v.20. – nº 35, jul/dez/2010, p.133-146.

FERREIRA, Verinez Carlota. Conhecendo o exame nacional do ensino médio – **ENEM**. In: Lições de avaliação. Tema: as avaliações externas e a educação básica e sua articulação com a avaliação praticada na escola. Grupo de estudos e pesquisa em avaliação e organização do trabalho pedagógico – GEPA (org). Universidade de Brasília. Nº3, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis. RJ: vozes, 2009.

_____. Entre/vista. In: Revista Pátio Educação infantil. Ano IV, nº 10 mar/jun 2006. p.16-17.

GATTI, Bernadete A. Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo? In: Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 34, maio/ago. 2006. p.7-14.

GIL, Antonio Carlos. São Paulo: Atlas, SP, 2006.

HOLFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação. 2010.

_____. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 9º ed. Porto Alegre: Mediação. 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas públicas, estruturas e organização. 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes 2008.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar - 20º ed. – são Paulo: Cortez, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. Avaliação da aprendizagem. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro (coord.). Didática: o ensino e suas relações. 5 ed. Campinas, Papirus, 1999, p. 131-144.

MARINHO, Marilene Pinheiro. Conhecendo a prova Brasil. In: Lições de avaliação. Tema: as avaliações externas e a educação básica e sua articulação com a avaliação praticada na escola. Grupo de estudos e pesquisa em avaliação e organização do trabalho pedagógico – GEPA (org). Universidade de Brasília. Nº3, 2009.

MORESI, Eduardo. Metodologia da pesquisa. Universidade Católica de Brasília. Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Gestão do conhecimento e tecnologia da informação. Brasília: 2003.

MOROZ, Melania. DIANFALDONI, Monica H. T. Alves. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: líber livro editora, 2ª Ed. 2006.

OLIVEIRA, Eliene C. S. de. LIMA, Erisvelton S. Conhecendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB In: Lições de avaliação. Tema: as avaliações externas e a educação básica e sua articulação com a avaliação praticada na

escola. Grupo de estudos e pesquisa em avaliação e organização do trabalho pedagógico – GEPA (org). Universidade de Brasília. Nº3, 2009.

PARO, V. H. Qualidade de ensino e a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Gestão Democrática na escola pública. São Paulo: editora Ática, 3ª Ed. 2004.

PDE Plano de Desenvolvimento da Escola – DIPRO programa Fundescola Quadro de Relações entre o PPP e o PDE.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: artes medicas Sul, 1999.

Por dentro do PISA. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/pisa-299330.shtml> visitada em 31/10/2012 às 17h34min.

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/oquefoifeito/program79.php> em 31/10/2012 as 17:44.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. FAETC/IST. Paracambi, 2007.

SOARES, Enílvia R. M. **CARDOSO**, Lilian A. Maciel. **CORRÊA**, Maria Theresa de O. e **NOGUEIRA**, Vânia Leila de Castro. Conhecendo a provinha Brasil. In: Lições de avaliação. Tema: as avaliações externas e a educação básica e sua articulação com a avaliação praticada na escola. Grupo de estudos e pesquisa em avaliação e organização do trabalho pedagógico – GEPA (org). Universidade de Brasília. Nº3, 2009.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. Palestra realizada pela autora no Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira", promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 04/08/1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de [et al.]. Planejamento e trabalho coletivo. Universidade Federal do Paraná, pro - reitoria de graduação de ensino profissionalizante, centro de formação continuada de professores; ministério de educação, secretaria de educação básica. Curitiba: Ed, da UFPR, 2005, p.27- 42. 50p. – (gestão e avaliação da escola pública; 2).

SZYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Líber livro, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Coord). Repensando a didática. 21º ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003 267
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998.

YIN, Robert K. Estudo de caso; planejamento e métodos. Trad. Daniel Grazi. Porto Alegre.

APÊNDICE

Material de coleta de dados

Prezado(a) senhor(a),

Este questionário é um instrumento de coleta de dados para pesquisa em curso de pós-graduação, na área de Especialização em Coordenação Pedagógica e tem como objetivo analisar a percepção dos pais e ou responsáveis acerca d avaliação institucional realizada na escola em que seu filho estudou nos períodos letivos compreendidos entre os anos 2009 a 2012. As questões de nº1 a n.º 8 podem possuir de quatro a cinco opções de respostas. Sendo que as questões de n.º 9 e 10 poderá expressar-se de forma individualizada. Marque a alternativa que melhor traduza a sua opinião de acordo com sua vivência. Obrigada pela participação.

A pesquisadora.

QUESTIONÁRIO:

1- Entre os anos letivos de 2009 a 2012 participei das reuniões na escola do(da) meu(minha) filho(a) de:

- ☐ Entre 01 a 04 vezes
- ☐ Entre 05 a 10 vezes
- ☐ Entre 11 a 16 vezes
- ☐ Acima de 16 vezes
- ☐ Não participei nenhuma vez

2-Quando não participei das reuniões foi pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

- ☐ Falta de tempo
- ☐ Não fui informado (a)
- ☐ Indiferença
- ☐ Horário das reuniões incondizente com a possibilidade de participação

- Desnecessária

3-O meu comparecimento à escola teve o(s) seguinte(s) motivo(s):

- Recebimento de boletim de desempenho do (da) meu (minha) filho (a)
- Reunião com a comunidade escolar para tratar da escola como um todo
- Reunião com a equipe de professores, coordenador e orientação educacional para tratar a respeito do (da) meu (minha) filho (a) por convocação da direção ou não
- Reclamar providencia acerca de uma situação adversa relacionada ao meu (minha) filho (a)

4-Sobre o regimento interno da escola do (da) meu (minha) filho (a):

- Conheço e participei de sua elaboração
- Conheço, mas não participei de sua elaboração
- Conheço em parte
- Desconheço

5-Sobre o Projeto político Pedagógico da escola do (da) meu (minha) filho (a):

- Conheço e participei de sua elaboração
- Conheço, mas não participei de sua elaboração
- Conheço em parte
- Desconheço

6-O Projeto político Pedagógico da escola do (da) meu (minha) filho (a) tem uma dimensão informal. Avalia também no que diz respeito a atitudes e conteúdos afetivo-emocionais.

- Concordo plenamente
- Concordo em parte
- Concordo
- Discordo em parte
- Discordo plenamente

7-Conseguiria explicar com tranquilidade em que consistem os projetos abaixo presentes no Projeto político Pedagógico da escola:

- “Arraiá dos valo”
- Coral expressão jovem
- Gincana do estudante/ aluno solidário
- Clínica da matemática
- Não conheço nenhum dos projetos citados acima

8-A avaliação institucional realizada na escola do (da) meu (minha) filho (a) tem possibilitado a minha participação no sentido de construção de uma nova escola, pois sinto que a minha voz tem sido ouvida e por isso pude ajudar a melhorar a escola cada vez mais durante esses quatro anos.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo em parte
- Não me lembro de ter participado do processo de avaliação institucional.

9-Cite pelo menos três motivos que impediram a sua participação em atividades que primam pela representatividade de pais como APM (associação de pais e mestre), conselho escolar, conselho de segurança, amigo da escola, entre outros, pais padrinhos/conselheiros de turma. (caso queira registrar mais motivos sinta-se a vontade)

1)
2)
3)

10-Faça uma retrospectiva das ações realizadas na escola no decorrer deste quadriênio e preencha o quadro abaixo. Exemplos: aula de reforço, uso do uniforme, oficina de reciclagem, etc.

Ações realizadas que apoio	Ações realizadas que NÃO apoio